



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
 Av. Fernando Corrêa da Costa, n 2367 - Bairro Boa Esperança, Cuiabá/MT, CEP 78060-900
 Telefone: (65)3615-8000 - <http://www.ufmt.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23108.086882/2020-41

1. OBJETO

1.1. Definição do objeto:

- a. Contratação de empresa especializada para **elaboração de projetos e execução de obra para construção do prédio Administrativo da UFR**, conforme anteprojeto, termo de referência, diretrizes e edital – com fornecimento de TODOS os materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários.
- b. O objeto da pretensa contratação caracteriza-se como obra, de acordo com o disposto no Art. 6º da Lei nº 8.666/1993, e deverá ser executado de forma indireta. Dessa maneira a contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à execução do objeto e pleno funcionamento da edificação;
- c. O contrato terá vigência pelo período de 900 (novecentos dias) dias corridos, sendo prorrogável apenas na forma do art. 57, §1º da Lei nº 8.666, de 1993;
- d. A obra localiza-se na Universidade Federal de Rondonópolis, Av. dos Estudantes, nº 5055, Bairro Cidade Universitária, Rondonópolis-MT, com previsão de área construída de aproximadamente 2920,00 m², conforme documentação técnica anexa;
- e. A execução da obra deverá seguir, na sua totalidade, os projetos que serão desenvolvidos pela Contratada e previamente aprovados pela Contratante, sendo que qualquer alteração terá que ser aprovada pela Equipe de Fiscalização;
- f. A estrutura da obra do prédio administrativo compreende cinco pavimentos com os seguintes ambientes:

Pavimento	Ambiente
Primeiro Pavimento	Recepção
Primeiro Pavimento	Ger. Apoio Adm. PROECE
Primeiro Pavimento	PROECE
Primeiro Pavimento	Assistência de Gabinete PROECE
Primeiro Pavimento	Coord. De Assuntos Estudantis
Primeiro Pavimento	Coord. De Extensão
Primeiro Pavimento	Coord. De Cultura e Exportes
Primeiro Pavimento	Coord. De Registro e Controle Acadêmico
Primeiro Pavimento	Coord. De Programas Especiais
Primeiro Pavimento	Coord. De Biblioteca
Primeiro Pavimento	Coord. De Ensino de Graduação
Primeiro Pavimento	Assistência de Gabinete da PROEG
Primeiro Pavimento	PROEG
Primeiro Pavimento	Ger. Apoio Adm. PROEG
Primeiro Pavimento	Copa
Primeiro Pavimento	Hall de entrada
Primeiro Pavimento	Escada de acesso

Primeiro Pavimento	Elevadores
Primeiro Pavimento	Banheiro Feminino
Primeiro Pavimento	Banheiro Masculino
Primeiro Pavimento	Banheiro Feminino PNE
Primeiro Pavimento	Banheiro Masculino PNE
Segundo Pavimento	Ger. Apoio Adm. PROGEP
Segundo Pavimento	PROGEP
Segundo Pavimento	Assistência de Gabinete PROGEP
Segundo Pavimento	Coord. De Adm. de Pessoas
Segundo Pavimento	Coord. De Desenvolvimento de Pessoas
Segundo Pavimento	Coord. De Saúde e Qualidade de Vida
Segundo Pavimento	Coord. De Planejamento
Segundo Pavimento	Coord. De Adm. Materiais
Segundo Pavimento	Coord. De Orçamento
Segundo Pavimento	Coord. De Execução Financeira
Segundo Pavimento	Coord. De Compras e Licitação
Segundo Pavimento	Assistência de Gabinete PROPLAD
Segundo Pavimento	PROPLAD
Segundo Pavimento	Ger. Apoio Adm. PROPLAD
Segundo Pavimento	Copa
Segundo Pavimento	Hall de entrada
Segundo Pavimento	Escada de acesso
Segundo Pavimento	Elevadores
Segundo Pavimento	Banheiro Feminino
Segundo Pavimento	Banheiro Masculino
Segundo Pavimento	Banheiro Feminino PNE
Segundo Pavimento	Banheiro Masculino PNE
Terceiro Pavimento	Ger. Apoio Adm. SINFRA
Terceiro Pavimento	SINFRA
Terceiro Pavimento	Secretaria SINFRA
Terceiro Pavimento	Coord. De Projetos e Obras
Terceiro Pavimento	Coord. De Manutenção e Transporte
Terceiro Pavimento	Coord. De Processos, Projetos e Governança
Terceiro Pavimento	Datacenter - PROTIC
Terceiro Pavimento	Coord. De Infraestrutura e Segurança
Terceiro Pavimento	Coord. De Comunicação e Cont. Digitais
Terceiro Pavimento	Coord. De Sistemas de Informação
Terceiro Pavimento	Assistência de Gabinete PROTIC
Terceiro Pavimento	PROTIC
Terceiro Pavimento	Ger. Apoio Adm. PROTIC
Terceiro Pavimento	Copa
Terceiro Pavimento	Hall de entrada
Terceiro Pavimento	Escada de acesso
Terceiro Pavimento	Elevadores
Terceiro Pavimento	Banheiro Feminino
Terceiro Pavimento	Banheiro Masculino
Terceiro Pavimento	Banheiro Feminino PNE
Terceiro Pavimento	Banheiro Masculino PNE
Quarto Pavimento	Ger. Apoio Adm. PROPPIT

Quarto Pavimento	PROPPIT
Quarto Pavimento	Assistência de Gabinete PROPPIT
Quarto Pavimento	Coord. De Ensino de Pós – Graduação
Quarto Pavimento	Coord. De Pesquisa
Quarto Pavimento	Coord. De Inovação Tecnológica
Quarto Pavimento	Comitê de Ética
Quarto Pavimento	Comitê de Ética em Pesquisa
Quarto Pavimento	Ger. De Política Linguística
Quarto Pavimento	Ger.de Mobilidade Acadêmica
Quarto Pavimento	Ger. De Cooperação Internacional
Quarto Pavimento	Secretária SECRI
Quarto Pavimento	SECRI
Quarto Pavimento	Ger. Apoio Adm. SECRI
Quarto Pavimento	Copa
Quarto Pavimento	Hall de entrada
Quarto Pavimento	Escada de acesso
Quarto Pavimento	Elevadores
Quarto Pavimento	Banheiro Feminino
Quarto Pavimento	Banheiro Masculino
Quarto Pavimento	Banheiro Feminino PNE
Quarto Pavimento	Banheiro Masculino PNE
Quinto Pavimento	Ordenadoria
Quinto Pavimento	Sala de Reuniões
Quinto Pavimento	Reitoria
Quinto Pavimento	Chefia de Gabinete Reitoria
Quinto Pavimento	Assessoria Reitoria
Quinto Pavimento	Procuradoria
Quinto Pavimento	Ouvidoria
Quinto Pavimento	Sala de Reuniões
Quinto Pavimento	Auditoria
Quinto Pavimento	Gestão da Integridade
Quinto Pavimento	Editora Universitária
Quinto Pavimento	Chefia de Gabinete Vice-reitoria
Quinto Pavimento	Vice Reitoria
Quinto Pavimento	Assessoria – Vice Reitoria
Quinto Pavimento	Copa
Quinto Pavimento	Hall de entrada
Quinto Pavimento	Escada de acesso
Quinto Pavimento	Elevador
Quinto Pavimento	Banheiro Feminino
Quinto Pavimento	Banheiro Masculino
Quinto Pavimento	Banheiro Feminino PNE
Quinto Pavimento	Banheiro Masculino PNE

1.2. Dados fornecidos:

- a. No Anexo I é apresentado o Anteprojeto que foi desenvolvido a partir da conciliação das demandas atuais da Universidade Federal de Rondonópolis, tendo em vista sua recente implantação.
- b. É apresentado no Anexo II o Memorial Descritivo, desenvolvido para manter os padrões mínimos de acabamento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa quanto a necessidade da contratação

A Universidade Federal de Rondonópolis foi criada pela Lei nº 13.637, de 20 de março de 2018, em cujos dispositivos estão previstos quarenta e sete cargos de direção e duzentos e cinquenta cargos de funções gratificadas. Para além, a referida lei prevê um incremento de duzentos e trinta e nove novos cargos de servidores, entre professores e técnicos administrativos.

Toda essa estrutura de pessoal necessita de espaço físico adequado, o que resultará na ampliação de sua infraestrutura. Assim sendo, a aquisição do prédio administrativo é fundamental para atender a atual deficiência de espaço institucional e concretizar a implantação da Universidade Federal de Rondonópolis. A nova estrutura deverá contar com o agrupamento de setores administrativos importantes para o gerenciamento e desenvolvimento institucional, permitindo maior agilidade processual.

Estima-se em média o valor de uma sala comercial para locação ao preço de R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais. Considerando que para alocar a nova estrutura administrativa seria necessário um espaço com pelo menos 47 salas, pode-se prever que isso geraria um custo de cerca de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) ao mês, o que resultaria em um orçamento anual de R\$ 564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais).

Essa estimativa provoca reflexões para além do alto orçamento destinado ao aluguel, como por exemplo, a procura por uma estrutura que comporte o total de salas necessárias e, ainda, a localização desse espaço em relação à instituição. Diante de tais fatores, pode-se afirmar que a aquisição da estrutura própria se apresenta muito mais viável e adequada à realidade institucional, principalmente pelo viés financeiro.

Ressalta-se ainda que a aquisição de uma estrutura própria permitirá a liberação de espaços, nos quais, atualmente, estão alocados setores administrativos, tais como as Pró-Reitorias, as coordenações e as gerências. Com a liberação desses recintos, a instituição poderá ser replanejada, possibilitando a utilização desses espaços para a realização de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Toda a comunidade será beneficiada com mais esse avanço da instituição, que permitirá ao usuário resolver diversas questões em um único prédio administrativo, diminuindo a morosidade do atendimento. Esse local será referência para a representação junto à gestão administrativa, proporcionando ao usuário um espaço amplo e seguro para o desenvolvimento de suas atividades, além do aumento da qualidade de vida do servidor e, consequentemente, a melhoria do atendimento ao público.

Assim, com a alocação adequada dos espaços administrativos, ganha-se novas e modernas ferramentas de trabalho, permitindo aos servidores o desenvolvimento de atividades com maior celeridade.

A otimização de recursos será fator preponderante de desenvolvimento, que contará com um prédio moderno e ambientalmente correto. Nesse sentido, destaca-se um ponto importante, a utilização de energia limpa, advinda da usina fotovoltaica. Consequentemente, serão elaboradas propostas complementares para a implantação de política ambiental, no sentido de diminuir desperdícios na utilização de recursos, a fim de ser implantada a correta projeção da sustentabilidade.

Com a ampliação de sua infraestrutura, a instituição ganhará um escopo marcante em seu desenvolvimento, além de fomentar novos empreendimentos para região e contribuir, consequentemente, para o desenvolvimento local. Em suma, com um espaço adequado, a instituição garantirá a eficiência na utilização dos recursos públicos e a confiabilidade da sociedade.

2.2. Justificativa quanto às especificações técnicas

O critério da adoção da utilização de tecnologia *Building Information Modelling* (BIM), teve como propósito a redução dos riscos inerentes à precariedade verificada da compatibilização entre os projetos, com grande probabilidade de ocorrência tanto de acréscimos de custos de serviços por alterações não previstas quanto no comprometimento de prazos pela mesma razão.

A utilização de tecnologia BIM, na compatibilização dos projetos e gestão das obras na indústria de arquitetura, engenharia e construção (AEC), representa um novo paradigma que encoraja a integração dos papéis dos atores envolvidos em um projeto.

Essa opção não restringe a concorrência de participantes os quais, quando não tiverem essa competência internalizada na sua atuação, poderão propor a alternativa da subcontratação de empresas e/ou profissionais com essa competência específica.

2.3. Justificativa quanto ao Regime de Execução adotado

A contratação pelo RDC visou a redução do tempo da adequação dos projetos, com vistas à inovação técnica, com possibilidade de execução com diferentes metodologias; sendo tecnicamente *e economicamente viável*, considerando as expectativas de vantagens quanto a competitividade, prazo, preço e qualidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- a. A pretensa contratação para construção do prédio administrativo da UFR pelo Regime Diferenciado de Contratação – RDC, no regime de execução “contratação integrada” foi considerada para dar mais celeridade ao certame licitatório.
- b. Tal regime de execução permitirá a execução da obra em duas etapas, sendo a primeira etapa a elaboração dos projetos tendo como referências os memoriais e anteprojetos fornecidos conforme as necessidades da UFR e a segunda etapa sendo a execução.
- c. A estimativa para conclusão desta primeira etapa pela CONTRATADA, é de dois meses, enquanto sua execução, pelo poder público, demandaria, no mínimo, o triplo desse tempo com os respectivos acréscimos financeiros naturais do próprio processo e das correções dos custos propostos devidos à postergação de prazos.
- d. Do ponto de vista técnico, a contratação integrada permitirá fornecer as adequações dos projetos de forma muito mais ágil e acelerada, sem os riscos de comprometimento da qualidade final da obra.
- e. Além dos aspectos relacionados à eficiência da contratação pelo RDC na redução do tempo da adequação dos projetos, o critério da adoção da utilização de tecnologia *Building Information Modelling* (BIM), teve como propósito a redução dos riscos inerentes à precariedade verificada da compatibilização entre os projetos, com grande probabilidade de ocorrência tanto de acréscimos de custos de serviços por alterações não previstas quanto no comprometimento de prazos pela mesma razão.
- f. A utilização de tecnologia BIM, na compatibilização dos projetos e gestão das obras na indústria de arquitetura, engenharia e construção (AEC), representa um novo paradigma que encoraja a integração dos papéis dos atores envolvidos em um projeto.
- g. Essa opção não restringe a concorrência de participantes os quais, quando não **tiverem essa competência internalizada na sua atuação, poderão propor a alternativa da subcontratação de empresas e/ou profissionais com essa competência específica.**

- h. O prazo a ser concedido às licitantes para elaboração da proposta de preços deverá ser de 15 (quinze) dias úteis, a partir da publicação do edital.
- i. O objeto contratual deverá ser executado em duas fases. A primeira, com a duração máxima de **75 (setenta e cinco) dias corridos**, sendo 60 (sessenta) dias corridos, corresponde à fase de planejamento e projetos, contados a partir da emissão da OS1 e 15 dias para a análise e aprovação pela equipe de fiscalização da UFR.
- j. A segunda fase corresponde à execução da obra propriamente dita, que deverá ser cumprida em um prazo máximo de **730 (setecentos e trinta) dias corridos** a contar da emissão de ordem de serviço OS2;
- k. O início da segunda fase (execução da obra), não ocorrerá, necessariamente, somente após a conclusão da primeira fase, desde que a CONTRATADA demonstre a viabilidade de iniciar frentes de serviço que não dependam da revisão, complementação e compatibilização de projetos, que não apresente riscos de retrabalhos futuros em tal atividade por interferir ou sofrer interferência de outros. A antecipação da segunda fase deverá ser autorizada pela Equipe de Fiscalização.
- l. Finalizada a primeira fase ou se demonstrada pela CONTRATADA a viabilidade em liberar frentes de serviços relativos à obra, conforme já previsto, a FISCALIZAÇÃO poderá emitir a Ordem de Serviço 2 (OS2) à CONTRATADA.

3.1. Planejamento e projeto:

- a. A fim de garantir uma boa execução e evitar paralizações da obra, será imprescindível que a CONTRATADA elabore um planejamento, inclusive com cronograma físico-financeiro e diagrama de PERT/CPM, de forma a prever tempo, mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários a cada fase de execução da obra e alternativas para imprevistos na execução de cada tarefa, devendo inclusive lançar-se mão do uso de softwares voltados para a gestão de obras;
- b. Todos os projetos abaixo relacionados deverão ser elaborados, conforme cada caso, para a obtenção da melhor performance da edificação e para o atendimento das normas brasileiras e demais normativas aplicáveis:
 - a. Projeto de arquitetura;
 - b. Projeto de urbanismo;
 - ii. Projeto estrutural;
 - iii. Projeto hidrossanitário;
 - iv. Projeto elétrico;
 - v. Projeto de cabo estruturado (rede de lógica);
 - vi. Projeto de climatização e ventilação;
 - vii. Projeto de SPDA;
 - viii. Projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico;
 - ix. Outros projetos eventualmente necessários à complementação e a execução da obra.
- c. Para um andamento dentro do prazo previsto será necessário um projeto bem elaborado e compatibilizado, sendo assim, a CONTRATADA deverá executar os seguintes serviços quando da elaboração dos projetos:

3.1.1. Elaboração dos projetos:

- a. Feita a análise dos anteprojetos e dos memoriais descritivos, a CONTRATADA deverá promover a elaborando de todos os projetos necessários para a execução da obra.
- b. A empresa CONTRATADA deverá apresentar os Registros de Responsabilidade Técnica e/ou Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs de todos os projetos produzidos.
- c. Qualquer solução adotada para cada tipo de projeto deverá atender as recomendações da norma brasileira correspondente, bem como ser efetivada consulta à Equipe DE FISCALIZAÇÃO, a respeito da adoção de soluções que venham a modificar a concepção dos anteprojetos ora fornecidos.

- d. Todas as soluções adotadas deverão ser justificadas quanto à viabilidade técnica e econômica.
- e. A sua conclusão se dará com a homologação, pela EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO, da revisão e adequações nas peças técnicas integrantes desse Edital bem como a entrega dos projetos relacionados na subseção 3.1, como das aprovações e licenciamentos nos órgãos competentes.

3.1.2. Modelagem BIM e compatibilização dos projetos:

- a. Esta fase deverá ser concomitante com o prescrito na subseção anterior, quando os projetos já deverão ser modelados em 3D, desenvolvidos a Modelagem da Informação da Construção (BIM).
- b. A CONTRATADA deverá contar com uma equipe de profissionais multidisciplinar e com experiência nesta modalidade de projetos (BIM).
- c. A CONTRATADA deverá nomear um Coordenador de Projetos que será responsável pela condução dos trabalhos relativos ao *As Built*, revisão/complementação, modelagem e compatibilização dos projetos das diversas disciplinas necessárias para o empreendimento.
- d. A compatibilização dos projetos deverá ser feita por dois critérios:
 - i. Pelo critério de interferências/conflitos geométricas entre elementos distintos da edificação (ex.: um duto de ar atravessando um elemento estrutural);
 - ii. Pelo critério de regras (ex.: tubulações que devem manter um afastamento mínimo uma da outra, seções mínimas de paredes de um ambiente).
- e. O Coordenador deverá ficar responsável pela apresentação dos trabalhos junto a EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO. Para isso, reuniões periódicas, preferencialmente quinzenais (podendo haver reuniões extraordinárias), deverão ser realizadas entre a CONTRATADA e EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO a fim de que a CONTRATANTE possa acompanhar a evolução dos trabalhos já realizados.
- f. A CONTRATADA deverá dispor de uma equipe de profissionais suficientes em número e qualificação técnica de forma a atender ao conteúdo técnico e o cronograma previsto em contrato quanto a elaboração dos projetos.
- g. Ao final da etapa relativa a elaboração dos projetos, espera-se um projeto com as seguintes características:
 - i. De alta confiabilidade, com soluções de execução adequadas as necessidades e a realidade do tipo da obra e do local;
 - ii. Que atendam as recomendações das normas da ABNT tanto em relação aos padrões geométricos como nos tipos de materiais e equipamentos, salvo, sob justificativa, com comprovação técnica sobre a viabilidade de adoção de serviços, materiais e/ou equipamentos que estejam em desacordo com as normas vigentes;
 - iii. Com todos os detalhamentos necessários que um projeto executivo exige;
 - iv. Com as especificações de materiais e serviços bem definidos;
 - v. Com memórias de cálculo de quantificação de materiais revisados, complementados e consequentemente detalhados, de forma a permitir e facilitar uma boa FISCALIZAÇÃO;
 - vi. Perfeitamente compatibilizado entre todas as disciplinas de projetos, de forma que não haja interrupções no andamento da obra por interferência de um projeto sobre o outro;

3.1.3. Entrega e aprovação dos projetos:

- a. A revisão de todos esses projetos bem como a sua entrega e recebimento pela Equipe de Fiscalização, deverá ser realizada no prazo de **60 dias corridos**, contados a partir da emissão da OS1. A aprovação dos projetos pela equipe de fiscalização se dará no prazo máximo de 15 dias corridos após o recebimento.
- a. A autorização do início das obras ficará condicionada ao recebimento e aprovação da complementação e revisão de todos os projetos executivos que deverão ser entregues em meio digital e impresso.
- b. Depois de concluídas todas as etapas da primeira fase “Planejamento e Projeto”, todos os arquivos pertinentes a estes, deverão ser entregues para a EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO para que sejam aprovados.

c. Nesta etapa deverão ser entregues os seguintes produtos:

- i. Todos os projetos (desenhos) impressos e digitais
- ii. Memoriais de cálculo e descritivos;
- iii. Cadernos de Especificações de Materiais e Serviços;
- iv. Planilha Orçamentária compatibilizada com os novos projetos;
- v. Memória de quantificação de materiais clara e detalhada;
- vi. Todos os arquivos listados acima em meio digital, preferencialmente e-mail encaminhado a projetos.sinfra@ufr.edu.br.

- d. Após a aprovação dos projetos pela equipe de fiscalização, a Contratada deverá emitir todas as ART's (CREA) e/ou RRT's (CAU) de todos os documentos listados acima, sendo a emissão dessas um requisito para emissão da OS2.
- e. Os projetos (arquivos) deverão ser entregues nas extensões IFC e DXF. Os arquivos em IFC deverão conter todas as informações necessárias a identificação, caracterização e construção de cada elemento/componente objeto do projeto, de modo a subsidiar a avaliação de custos, métodos construtivos, prazos de execução e visando à minimização dos problemas de execução da obra.
- f. A CONTRATADA também deverá fornecer os arquivos digitais nas extensões padrões dos respectivos softwares que forem utilizados na elaboração dos projetos, por exemplo: se em AutoCAD (DWG), Revit (RTE), Eberick (PRJ), Metalicas3D (ED3), Sketch UP (SKP), etc.
- g. A autorização do início das obras, ou seja, a emissão da OS2, ficará condicionada ao recebimento e aprovação da complementação e revisão de todos os projetos executivos que serão entregues em meio digital e impresso.

3.2. Execução da obra:

- a. De posse de todos os projetos perfeitamente revisados, complementados, compatibilizados e aprovados pela equipe de fiscalização, dar-se-á início a execução da obra em si.
- b. A CONTRATADA deverá ser conhecedora das normas da ABNT, ENERGISA, NBR's, INMETRO corpo de bombeiro, órgãos municipais e estaduais quanto às recomendações para execução de todos os serviços. Portanto, não será aceita nenhuma alegação por parte da CONTRATADA que esta ou aquela norma não está contemplada neste termo de referência.
- c. A CONTRATADA deverá ter domínio sobre os serviços que serão executados por ela.
- d. A CONTRATADA deverá ter ciência sobre as características locais, principalmente quanto ao período de chuva na região, portanto, não será aceita alegação de atraso na execução da obra devido às chuvas nem devido a condições topográficas ou geológicas.
- e. Deverá ser elaborado Diário de Obras e outras documentações comprobatórias dos serviços realizados, entregues à FISCALIZAÇÃO para ciência e consentimento das atitudes tomadas no Canteiro de Obras. Qualquer anomalia, desordem e incidentes deverão ser comunicados de imediato à FISCALIZAÇÃO.
- f. A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas, etc., com o fim de evitar acidentes aos usuários locais e aos colaboradores da própria contratada.
- g. Os serviços poderão ser executados em jornada dupla de trabalho, fora do horário de expediente e em finais de semana, desde que observando todas as determinações da CLT e Convenções Coletivas do Trabalho, para garantir o prazo de entrega dos mesmos no cronograma proposto, sem ônus para a CONTRATANTE.

3.2.1. Mão de obra a ser empregada:

3.2.1.1. Quantidade e qualificação:

- a. A CONTRATADA deverá manter funcionários em quantidade suficiente para cada tarefa/atividade da obra. Para isso, deverá lançar mão do planejamento realizado na fase de “Planejamento e Projeto” a fim de garantir o andamento da obra de acordo com a previsão de execução no cronograma físico.
- b. A CONTRATADA deverá empregar sempre mão de obra qualificada para cada atividade. Para isso, a CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, solicitar documento comprobatório de que o funcionário está habilitado e capacitado para manusear ou operar os equipamentos e/ou maquinários, bem como familiarizado com a execução da tarefa em questão.
- c. A FISCALIZAÇÃO poderá a qualquer tempo, solicitar a substituição temporária ou definitiva (conforme o caso) de funcionários da CONTRATADA (inclusive os responsáveis técnicos pela execução da obra) e de empresas subcontratadas em caso de:
 - i. Desacato a FISCALIZAÇÃO ou qualquer parte da CONTRATANTE;
 - ii. Baixo rendimento profissional;
 - iii. Demonstrada falta de competência e/ou capacidade para gerir/executar o serviço a que foi designado;
 - iv. Ausência de comprovação de vínculo trabalhista por meio de carteira assinada ou contrato de prestação de serviço;
 - v. Funcionário que apresente conduta inadequada ou antiprofissional no canteiro de obras, tais como embriaguez, brigas, uso de entorpecentes ou bebida alcoólica no canteiro, insultos; provocações, ameaças, etc.
 - vi. Funcionário que deixar de utilizar os EPI's;
 - vii. Funcionário operando equipamento ou máquina sem ser habilitado ou capacitado para tal.
 - viii. Funcionário efetuando manobras arriscadas com máquinas ou uso indevido de ferramenta ou equipamento para o qual foi fabricado.
- d. Na ocasião de necessidade da substituição de funcionário, a CONTRATADA deverá providenciar, em até 2 (dois) dias úteis, um novo funcionário comprovadamente qualificado e habilitado para a respectiva função, a contar da data da notificação.

3.2.1.2. Registro e identificação de funcionários

- a. Os funcionários deverão ser registrados pela CONTRATADA com assinatura da CTPS, com exceção daqueles oriundos de empresas subcontratadas. Porém, a CONTRATADA somente poderá subcontratar serviços para empresa cujos funcionários que prestarão o serviço estejam devidamente registrados nas respectivas.
- b. Para os profissionais responsáveis pelos projetos e acompanhamento da execução da obra a CONTRATADA poderá utilizar de contrato de prestação de serviço.
- c. Não será permitida, em hipótese alguma, a utilização de mão de obra sem que o funcionário esteja devidamente registrado na empresa ou com contrato de prestação de serviços.
- d. Para fins de comprovação de vínculo empregatício do funcionário na referida obra, a matrícula CEI da obra deverá constar na GFIP do funcionário.
- e. Todos os funcionários deverão estar devidamente uniformizados e com crachá de identificação, seja da CONTRATADA ou de empresa subcontratada.

3.2.1.3. Critérios de Segurança do Trabalho

- a. A CONTRATADA deverá ser conhecedora e observar rigorosamente as orientações das Normas Regulamentadoras – NR's, relativas à segurança e medicina do trabalho, em especial a NR 10, 12 e 18.
- b. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários todos os EPI's e promover a substituição destes sempre que necessário, conforme a periodicidade estipulada em NR ou quando o EPI não oferecer mais segurança ao funcionário, o que ocorrer primeiro.
- c. Em caso do descumprimento das normas de segurança do trabalho, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas no edital.

- d. Se for o caso, a CONTRATADA deverá implementar a formação de uma Comissão Interna de Prevenção a Acidentes – CIPA nos moldes da NR-5 do Ministério do Trabalho, bem como PCMSO, PPRA e SESMT.
- e. O canteiro de obras deverá ser devidamente preparado de acordo com as recomendações da NR18, levando-se em consideração o número máximo de funcionários por turno, de forma a garantir aos funcionários da CONTRATADA saúde, segurança e conforto. Atenção especial deverá ser dada para os vestiários, banheiros, cozinha e refeitório, quando necessários.

3.3. Prazo de entrega:

- a. O prazo máximo para conclusão dos serviços relativos à fase de projetos é de **75 (setenta e cinco)** dias corridos, sendo 60 (sessenta) dias corridos, corresponde à fase de planejamento e projetos, e 15 dias para a análise e aprovação pela equipe de fiscalização da UFR, contados a partir da emissão da OS1.
- b. O prazo máximo para conclusão dos serviços relativos a fase de execução é de **730 (setecentos e trinta)** dias corridos, a contar da data de assinatura da Ordem de Serviço 2 (OS2).
- c. Os projetos e a execução da obra, objeto do futuro contrato, deverão ser entregues no prazo previsto em cronograma proposto pela CONTRATADA, o qual não poderá ter prazo superior ao máximo previsto neste Termo de Referência.
- d. A OS 2 poderá ser emitida antes do término da primeira fase, desde que a CONTRATADA comprove tecnicamente que possui condições de liberar frentes de serviços que não demandem de aprovação dos projetos pela Contratante.
- e. Para efeito de contagem de prazo de execução da 1ª e 2ª fase, o tempo começará a ser contado a partir da data de recebimento da respectiva ordem de serviço.
- f. Para a entrega da obra, a empresa CONTRATADA deverá apresentar projetos *As Built* de toda a obra executada em formato DXF ou DWG e IFC;

3.4. Materiais empregados na construção:

- a. Todo e qualquer material a ser empregado na construção deverá ser comprovadamente de boa procedência de fabricante e de mercado. Deverá, ainda, estar de acordo com as recomendações mínimas dos Memoriais Descritivos (Anexo II), das normas da ABNT e/ou acreditado pelo INMETRO, quando for o caso, ou outro órgão certificador de qualidade.

3.5. Equipamentos empregados na construção:

- a. A CONTRATADA deverá fornecer máquinas, equipamentos e ferramentas em quantidades suficientes a execução de cada tarefa/atividade da obra, conforme cada fase do cronograma.
- b. Os equipamentos sempre deverão apresentar boa qualidade, revisados e com manutenções preventivas em dia, de forma a zelar pela integridade dos mesmos e garantir a segurança dos operadores e funcionários que estejam trabalhando no local de utilização.
- c. A CONTRATANTE poderá solicitar a qualquer tempo, documentos que comprovem a revisão e manutenção preventiva dos equipamentos e maquinários.
- d. A FISCALIZAÇÃO também poderá solicitar à CONTRATADA, a substituição temporária ou definitiva de equipamentos sempre que julgar necessária nos seguintes casos:
 - i. Equipamentos com baixo rendimento de serviço e/ou inadequado para a execução dos respectivos serviços;
 - ii. Equipamentos mal dimensionados para a tarefa;
 - iii. Equipamentos que estejam com vazamento de óleo;
 - iv. Equipamentos que estejam com a revisão/manutenção atrasada;
 - v. Equipamentos que apresentem mau funcionamento;

- vi. Equipamentos que ofereçam riscos à segurança dos operadores e/ou pessoas que estejam próximas;
- vii. Equipamentos que estejam faltando peças/elementos de segurança;

3.5.1. Operação de equipamentos:

- a. A CONTRATADA deverá sinalizar adequadamente, bem como promover o controle de acesso aos locais de manuseio e operação de equipamentos que possam causar acidentes.
- b. Os equipamentos tais como retroescavadeiras, tratores de esteiras, caminhões e demais equipamentos que se locomovem no canteiro deverão ser dotados de aviso sonoro quando da operação em marcha ré, ou em qualquer tipo de movimento como plataformas elevatórias.
- c. Cuidados especiais com plataformas elevatórias devem ser tomadas a fim de evitar o contato com redes energizadas.
- d. Todo e qualquer tipo de equipamento/máquina somente poderá ser manuseado/operado por profissional devidamente habilitado e capacitado para tal. Para isso, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a qualquer tempo da CONTRATADA certificados que atestem a capacidade do operador para o equipamento em questão.
- e. Em caso de não observância pela revisão e manutenção dos equipamentos e maquinários, inclusive em caso de operação destes por funcionário não habilitado e capacitado, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas no edital.

4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Trata-se de projetos e obra a serem contratados mediante licitação, na modalidade contratação integrada pelo Regime Diferenciado de Contratação – RDC Eletrônico.

A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

O modo de disputa será Aberto.

O critério de julgamento da proposta será por preço.

Será permitida a participação de consórcios, que ficam limitados a 2 empresas consorciadas.

A proposta de preços (PP) é aquela em que consta o valor global, proposto pela empresa Licitante, para execução dos serviços relacionados no Edital.

Não serão aceitas propostas cujos valores globais excedam o valor estipulado pela Administração.

Serão avaliadas somente as propostas de preço das empresas que forem consideradas qualificadas tecnicamente.

5. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local, acompanhada por servidor designado para esse fim, em dias úteis, das 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: projetos.sinfra@ufr.edu.br;

Não será permitida a visita de duas ou mais licitantes concomitantemente;

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser encaminhado e-mail contendo as informações relativas à visita, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

A realização da visita é facultativa. Caso a licitante opte por não a realizar, deve firmar declaração, conforme modelo apresentado no Anexo III, e não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento da situação da obra, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do local da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes;

Caso a vistoria seja realizada será emitido o Atestado de Vistoria pelo servidor designado para acompanhar a licitante, conforme modelo apresentado no Anexo IV;

A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Todos os custos associados à visita e inspeção serão de inteira responsabilidade da licitante.

Qualquer dúvida técnica ou com relação ao edital deverão ser realizadas formalmente através do sistema, sendo vedada a solicitação através do e-mail projetos.sinfra@ufr.edu.br, o qual deverá ser utilizado única e exclusivamente para agendamento das visitas.

É vedada a solicitação de informações ou esclarecimentos de dúvidas via ligações telefônicas.

Não serão aceitos VISITA VIRTUAL da obra, ou seja, é vedada as solicitações de vídeo chamadas com a equipe técnica da Contratante para realização da referida vistoria.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- c. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- d. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme critérios de medição;
- e. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - i. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
 - ii. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;
 - iii. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - iv. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- f. Fornecer por escrito as informações necessárias para a correta execução contratual;

- g. Realizar avaliações periódicas da qualidade do serviço prestado após seu recebimento;
- h. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- i. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento e notificações expedidas;
- j. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
 - i. *As built*, elaborado pelo responsável por sua execução;
 - ii. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - iii. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - iv. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
 - v. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- k. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a. Executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade proposta.
- b. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, as obras efetuadas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- e. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- f. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- h. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- i. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- j. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- k. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- l. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- m. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este anteprojeto, no prazo determinado.
- n. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- o. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou dos projetos desenvolvidos.
- p. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz conforme determina a legislação; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- q. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- r. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- s. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- t. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- u. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- v. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- w. Fica assegurado à CONTRATANTE, nos termos do art. 49 da Lei nº 9.610/98:
 - i. O direito de propriedade intelectual dos projetos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - hi. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- x. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- y. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- z. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá e uniforme;
 - a. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- ab. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas

- à execução do serviço, conforme descrito neste anteprojeto;
- bc. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- cd. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- de. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- ef. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010);
- fg. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, todas as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- gh. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- hi. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste anteprojeto e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- ij. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- jk. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- i. Cópias das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- hi. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- hhi. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- hv. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- v. Apenas se houver dúvida fundada acerca da autenticidade dos documentos acima, conforme art. 9º do Decreto nº 9.094/17, poderá haver solicitação de cópia autenticada por cartório ou pelo servidor, mediante comparação com o original.
- kl. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- i. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

- hi. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
218. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
219. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
220. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
221. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- iii. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- iv. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- mm. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- i. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- ii. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- iii. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- o Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste anteprojeto e demais documentos anexos;
- op. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);
- pq. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;
- qr. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados

- da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;
- rs. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- st. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- tu. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- uv. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- vw. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- wx. Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.
- xy. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de Novembro de 2018.
- yz. Elaborar “*as built*”, ao final da obra, em conformidade com a NBR 14645-1:2001 da ABNT.
- a. Fornecer os projetos executivos da contratação, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:
- i. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos e memoriais descritivos constantes neste Termo de Referência e seus anexos e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;
- hi. A execução de cada etapa será precedida de projeto executivo e da conclusão e aprovação, pelo órgão ou entidade contratante, dos trabalhos relativos às etapas anteriores;
- hhi. O projeto executivo de etapa posterior poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços de etapa anterior, desde que autorizado pelo contratante;
- aab. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a execução de todos os projetos, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do inciso III do § 4º do art. 42 do Decreto nº 7.541/2011.
- bbc. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial com a contratante para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8. SUBCONTRATAÇÃO

- a. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:
 - i. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação, que compreende a execução da obra;
 - ii. É passível de subcontratação as parcelas do objeto que compreendem:
 - Elaboração dos projetos e modelagem em BIM de todas as disciplinas;
 - Execução de equipamentos e sistemas complementares, como sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico, sistema de ar condicionado, SPDA.
- b. Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018;
- c. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- a. Não haverá rescisão contratual em razão de fusão, cisão ou incorporação do contratado, ou de substituição de consorciado, desde que mantidas as condições de habilitação previamente atestadas.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- a. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;
- b. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- c. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- d. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- e. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- f. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- g. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;
- h. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

- i. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- j. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- k. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- l. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- m. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- n. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- o. Cumpre, ainda, à fiscalização:
 - i. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:
 - ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
 - à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - aos depósitos do FGTS; e
 - ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
 - ii. solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;
 - iii. oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;
 - iv. somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.
- p. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- q. Qualquer solução adotada para cada tipo de projeto deverá atender a norma brasileira correspondente, bem como ser efetivada consulta à EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO, a respeito da adoção de soluções que venham a modificar a concepção dos projetos ora fornecidos.
- r. A FISCALIZAÇÃO poderá rejeitar qualquer produto (serviço, material ou equipamento) que esteja em desacordo com as recomendações das normas da ABNT, bem como as recomendações dos fabricantes para montagem, execução, instalação, utilização ou o que for o caso, salvo sob justificativa.
- s. A FISCALIZAÇÃO poderá solicitar que serviços mal executados, que afetem a segurança, o desempenho esperado, a funcionalidade e a estética do produto em questão, sejam refeitos às expensas da CONTRATADA, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, bem como deverá promover a correção da inconformidade sem prejudicar o cumprimento do cronograma proposto.
- t. A empresa CONTRATADA deverá viabilizar todas as condições necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos in loco da equipe da FISCALIZAÇÃO.

11. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- a. A emissão da Nota Fiscal deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:
- Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;
 - Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
 - A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- b. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 - A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
 - No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, a Equipe de Fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
 - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
 - Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- c. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, desde que sejam sanadas todas as eventuais pendências relatadas no recebimento provisório, a Comissão de Recebimento Definitivo deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:
- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- d. O recebimento provisório da última etapa da obra é condicionado, além da execução do objeto em si, à entrega dos “*as built*”.

- e. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);
- f. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

12. PAGAMENTO:

- a. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal;
- b. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- c. Os serviços executados deverão ser aferidos e medidos pela FISCALIZAÇÃO;
- d. A cada 30 dias, ou conforme demanda, será gerado o Boletim de Medição pela FISCALIZAÇÃO, onde deverá conter as informações quanto a descrição, unidade, quantidade, preço unitário e o valor a ser pago por cada serviço;
- e. Após emissão do Boletim de Medição, será solicitada à CONTRATADA a emissão da Nota Fiscal de Serviços.
- f. Para efeito de pagamento, somente serão considerados aqueles serviços ou parcela destes concluídos, ficando vedado o pagamento de material posto em canteiro e que não tenha sido executado/instalado.
- g. As parcelas mensais de desembolsos por parte da CONTRATANTE ficarão limitadas aos valores previstos no cronograma físico-financeiro, proposto pela CONTRATADA, o qual será previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO.
- h. A CONTRATADA poderá executar serviços de forma a adiantar o CFF contratado, desde que novo Cronograma tenha sido aprovado pela FISCALIZAÇÃO e consubstanciado em Parecer oficial do setor competente pela ordenação de despesa atestando a viabilidade orçamentaria e financeira para tal.
- i. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- j. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - a. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;
- k. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - i. o prazo de validade;
 - ii. a data da emissão;
 - iii. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - iv. o período de prestação dos serviços;
 - v. o valor a pagar; e
 - vi. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- a. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

- m. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- n. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- o. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante;
- p. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;
- q. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- r. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa;
- s. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF;
 - a. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.
- t. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- u. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- v. No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
 - a. Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
 - b. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.
- w. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I * N * VP$ $I = TX/365$	Sendo: EM: Encargos moratórios; N: Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; VP: Valor da parcela a ser paga; I: Índice de compensação financeira; TX: Percentual de taxa anual (6%),
---------------------------------------	---

13. REAJUSTE

- a. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;
 - i. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Custo da Construção - INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- b. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- c. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;
- d. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- e. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- f. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- g. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- a. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- b. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
 - i. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
 - ii. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- c. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual.
- d. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - i. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - ii. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - iii. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - iv. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- e. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- f. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- g. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco

Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

- h. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- i. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- j. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- k. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- l. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- m. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- n. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- a. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 12.462/2011, a CONTRATADA que:
 - i. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - ii. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - iii. Praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
 - iv. Comportar-se de modo inidôneo; ou
 - v. Cometer fraude fiscal.
- b. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - i. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - ii. **Multa de:**
 - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
 - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- iii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos, conforme art. 87, III da Lei 8.666/93;
 - iv. Impedimento de licitar e contratar com a União e entidades federais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme artigo 47 da Lei 12.462/2011;
 - v. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- c. As sanções previstas nas alíneas “i”, “iii”, “iv” e “v” acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- d. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

- e. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- i. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - ii. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - iii. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- f. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional

ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- g. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- h. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- i. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- j. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - i. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- k. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- l. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- a. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
 - b. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
16. Qualificação Técnica:
- a. Declaração de indicação dos responsáveis técnicos, Anexo VII, sendo indicado o coordenador de projetos e o responsável pela execução da obra. Poderá ser indicado um único responsável pelas duas fases definidas, desde que apresente as respectivas comprovações;
 - b. Registro ou inscrição da empresa contratada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas, em plena validade;
 - c. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do contratado, relativo à execução de serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto presente, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto:
 - i. Execução de edificação institucional de ensino, laboratorial ou comercial com área construída mínima de 2.000,00 m².
 - d. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:
 - i. Nome do contratado e do contratante;
 - ii. Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
 - iii. Localização do serviço;
 - iv. Serviços elaborados/executados (discriminação);
 - v. Manifestação acerca da qualidade do bem fornecido;
 - vi. Identificação do responsável pela emissão do atestado.
 - e. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

- f. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço de engenharia, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:
- i. Para o responsável técnico indicado como coordenador de projetos, serviços de elaboração de projetos com modelagem em BIM para obra de edificação institucional de ensino, laboratorial ou comercial com área construída mínima de 1.000,00 m²;
 - ii. Para o responsável técnico pela fase de execução da obra, execução de obra edificação institucional de ensino, laboratorial ou comercial com área construída mínima de 1.000,00 m².
- g. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa proponente, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o proponente, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o proponente seja efetivamente contratado.
- i. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- b. A proponente, quando solicitada, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.
- c. A proposta deverá contemplar as orientações previstas neste Termo de Referência e Anexos.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS:

- a. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após a adjudicação do objeto.

18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- a. Indicar dotação orçamentária

19. ANEXOS

Integram este Termo de Referência, para todos os efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Anteprojeto;

Anexo II – Memorial Descritivo;

Anexo III – Declaração de conhecimento das condições do local;

Anexo IV – Atestado de Vistoria;

Anexo V – Indicação dos responsáveis técnicos;

Anexo VI – Cronograma Físico-Financeiro - Modelo;

Anexo VII – BDI de referência;

Anexo VIII – Matriz de Riscos.

Obs: Os anexos que não constarem abaixo estão no arquivo 3021686.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL

Declaro que em atendimento ao previsto no Edital de Licitação de Pregão Eletrônico-SRP, nº. _____, que eu _____, portador da Cédula de Identidade nº __, e do CPF nº. _____, da empresa _____, Endereço _____, CNPJ: _____, como seu representante legal para fins da presente declaração, que conhecemos as condições locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e dos graus de dificuldade existentes.

_____, ____/____/____

Local

Data

Assinatura do representante legal

ANEXO IV

ATESTADO DE VISTORIA

Atesto que a empresa _____, CNPJ _____, sediada na Rua _____, na cidade de _____, por intermédio de seu representante, Sr. _____, portador do documento de identidade nº _____ e do CPF nº. _____, vistoriou o local onde serão realizados os serviços de instalação do grupo moto gerador, situado na Avenida dos Estudantes nº 5055, Cidade Universitária, Rondonópolis – MT, CEP 78.736-900, para os fins previstos no Instrumento Convocatório correspondente ao Pregão Eletrônico SRP nº. ____/____.

_____, ____/____/____

Local

Data

Assinatura

ANEXO V

DECLARO que é (são) responsável(is) técnico(s) pela prestação do serviço, objeto do certame em referência, o(s) profissional(is) abaixo relacionado(s) e que essa indicação está em consonância com as normas do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - e/ou do CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

Coordenador de projetos:

Nome: _____

CREA nº. _____ Especialidade: _____

Data de Registro: _____

Assinatura (Responsável Técnico): _____

Executor da obra:

Nome: _____

CREA nº. _____ Especialidade: _____

Data de Registro: _____

Assinatura (Responsável Técnico): _____

_____, ____/____/____

Local

Data

Assinatura do representante legal



Documento assinado eletronicamente por **RENATO TILLMANN BASSINI, Prefeito(a) do Campus - Prefeitura do CUR**, em 13/11/2020, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3021533** e o código CRC **F8A1A75A**.



Referência: Processo nº 23108.086882/2020-41

SEI nº 3021533